



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA**  
ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER EXECUTIVO

**LEI N.º 1.615/2015.**

Acrescenta o inciso XIII e parágrafo único no artigo 3º, da Lei Municipal nº 604/2001, e dá outras providências.

**HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, Prefeito Municipal de Juína, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O artigo 3º da Lei Municipal 604/2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso e parágrafo único:

**Art. 3º (...)**

XIII - Executar a coleta, remoção, destinação e armazenamento do lixo domiciliar, hospitalar e industrial, após a implementação de todos os programas de transferências necessárias com previsão de início das atividades a partir de 1º de Janeiro de 2016, ressalvados os prazos legais.

**Parágrafo Único:** A competência estabelecida no inciso XIII será procedida somente após a instituição da taxa de lixo, reestruturação administrativa, com a conseqüente criação de cargos afetos a atividade, tudo mediante Lei autorizativa.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Juína, **04 de novembro de 2015.**

**HERMES LOURENÇO BERGAMIM**  
Prefeito Municipal





Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

# Diário Oficial de Contas

## Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 4 Nº 767

Divulgação sexta-feira, 11 de dezembro de 2015

— Página 71

Publicação segunda-feira, 14 de dezembro de 2015

**Art. 2.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Juína-MT, 04 de dezembro de 2015.

**HERMES LOURENÇO BERGAMIM**  
Prefeito Municipal

### LEI COMPLEMENTAR N.º 1.614/2015.

Altera dispositivo da Lei Municipal nº. 1.399/2012 de 20 de dezembro de 2012, e dá outras Providências.

**HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, Prefeito Municipal de Juína, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1.º** Altera o Artigo 110, da Lei Municipal nº. 1.399/2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 110** – O enquadramento na Carreira dos Profissionais da Educação Básica dos cargos de Auxiliar Pedagógico da Educação Infantil, Técnico Gestão Escolar e Multimeios Didáticos se dará de acordo com as disposições deste artigo.

§ 1.º Para os atuais servidores efetivos que se encontram lotados na Secretária Municipal de Educação, Órgão Central, Escolas ou Centros de Educação Infantil, na data de publicação desta Lei Complementar, o enquadramento se dará:

I – definitivamente automático via requerimento, para os que concluíram o ensino médio e a profissionalização específica, com subsídio dos Anexos IV – **Com Profissionalização**, desta Lei Complementar;

II – temporariamente, pelo grau de escolaridade inferior ao exigido com subsídios dos Anexos IV – **Sem Profissionalização**, desta Lei Complementar, garantindo-lhes o enquadramento definitivo ao adquirirem os requisitos de escolaridade exigidos para o respectivo cargo.

§ 2.º - O enquadramento se dará em conformidade com as regras estabelecidas no art. 46º da Lei Complementar 1.399/2012, devendo o servidor apresentar requerimento acompanhado do certificado de conclusão ou diploma que for necessário ao enquadramento”.

**Art. 2.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Juína-MT, 04 de dezembro de 2015.

**HERMES LOURENÇO BERGAMIM**  
Prefeito Municipal

### LEI N.º 1.615/2015.

Acrescenta o inciso XIII e parágrafo único no artigo 3º, da Lei Municipal nº 604/2001, e dá outras providências.

**HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, Prefeito Municipal de Juína, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O artigo 3º da Lei Municipal 604/2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso e parágrafo único:

**Art. 3º (...)**  
XIII - Executar a coleta, remoção, destinação e armazenamento do lixo domiciliar, hospitalar e industrial, após a implementação de todos os programas de transferências necessárias com previsão de início das atividades a partir de 1º de Janeiro de 2016, ressalvados os prazos legais.

**Parágrafo Único:** A competência estabelecida no inciso XIII será procedida somente após a instituição da taxa de lixo, reestruturação administrativa, com a consequente criação de cargos afetos a atividade, tudo mediante Lei autorizativa.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Juína, 04 de novembro de 2015.

**HERMES LOURENÇO BERGAMIM**  
Prefeito Municipal

### LEI N.º 1.616/2015.

Autoriza a cessão de Servidor Público Municipal para o Departamento de Água e Esgoto Sanitário - DAES, e dá outras Providências.

**HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, Prefeito Municipal de Juína, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1.º** Fica o Poder Executivo autorizado a ceder servidor público efetivo pertencente ao quadro de funcionários da Prefeitura Municipal ao Departamento de Água e Esgoto Sanitário – DAES.

§1º - A cessão de que trata o caput deste artigo será para dar efetivo cumprimento ao disposto na Lei Municipal nº 604/2001 até a promoção de concurso público para suprimimento das vagas.

§2º - O servidor cedido não poderá exercer no órgão cessionário atribuições estranhas à natureza do cargo que ocupa, sob pena de cancelamento imediato da cessão ou indeferimento liminar do pedido.

**Art. 2.º** A cessão de servidor para o Departamento de Água e Esgoto Sanitário – DAES de que trata o artigo 1º será precedida de convênio celebrado entre as partes de acordo com a minuta em anexo.

**Art. 3.º** A cessão não implicará na ruptura do vínculo do servidor e nem a perda da vaga correspondente ao cargo no qual é investido originariamente e se encontra efetivado, bem como serão garantidos todos os direitos inerentes a sua carreira, remuneração e demais vantagens.

**Parágrafo Único.** Nos termos do caput deste artigo o servidor cedido não ocupará cargo de caráter efetivo existente no quadro de pessoal do órgão Cessionário, cujas vagas serão providas mediante concurso público de provas ou provas e títulos.

**Art. 4.º** O ônus da cessão será de inteira responsabilidade do Departamento de Água e Esgoto Sanitário – DAES, mediante reembolso para a Prefeitura Municipal de Juína, nos termos da legislação vigente.

**Art. 5.º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação própria e suplementadas se necessário.

**Art. 6.º** A cessão de que trata esta Lei poderá ser revogada a qualquer tempo, em havendo interesse público, sem que isso gere direitos ao servidor cedido ou ao órgão beneficiado.

**Art. 7.º** Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Juína, 04 de dezembro de 2015.

**HERMES LOURENÇO BERGAMIM**  
Prefeito Municipal

### TERMO DE CONVÊNIO N.º \_\_\_\_/2015

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, E O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO - DAES.**

#### PREÂMBULO

Pelo presente termo de convênio, de um lado o **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.359.201/0001-57, com Sede Administrativa na Travessa Emmanuel, n.º 605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º 2003502-0 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 340.434.891-53, residente e domiciliado na Rua Bertholdo Scheffer, n.º 50, Bairro Módulo IV, na cidade de Juína-MT, doravante denominado Cedente e o **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO - DAES** do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ nº 04.709.778/0001-25, com sede à Av. Gabriel Muller, nº 053, Bairro Módulo 02, por seu Diretor Geral **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 2003502-0 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 340.434.891-53, residente e domiciliado na Rua Bertholdo Scheffer, n.º 50, Bairro Módulo IV, na cidade de Juína-MT, doravante denominado Cessionário, celebram o presente convênio que será regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações posteriores, e pela Lei Municipal nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a cessão do funcionário \_\_\_\_\_, matricula nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, ocupante do cargo de \_\_\_\_\_, junto à Prefeitura Municipal de Juína, para prestar auxílio compatível com as funções de seu cargo, nas atividades exercidas pelo cessionário.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES

I - O **CESSIONÁRIO** fará o controle mensal da frequência do servidor cedido e o remeterá ao **MUNICÍPIO**, arquivando-se cópia para simples controle e eventuais informações decorrentes da cessão.

II - O **CESSIONÁRIO** não poderá, sob qualquer pretexto, alterar a designação do servidor cedido para atividade laboral que não esteja compreendida neste convênio.



III – O servidor cedido fará jus a todos os benefícios decorrentes de seu cargo junto à Prefeitura Municipal de Juína.

### CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA

Este convênio vigorará enquanto perdurar a necessidade de cessão do funcionário para o desenvolvimento normal dos serviços prestados pelo CESSIONÁRIO.

AO MUNICÍPIO reserva-se, todavia, o direito de revogar o presente convênio a qualquer tempo, adotadas as formalidades legais e em havendo interesse público, sem que isso gere direitos ao servidor cedido ou ao CESSIONÁRIO.

### CLÁUSULA QUARTA DA RESCISÃO

Este convênio poderá ser rescindido por iniciativa dos participes mediante notificação prévia de 10 (dez) dias, respondendo, cada um pelas obrigações assumidas até a data do rompimento do acordo.

### CLÁUSULA QUINTA DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO

A execução do presente convênio será avaliada pelo MUNICÍPIO mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, visando o correto cumprimento de suas cláusulas.

### CLÁUSULA SEXTA DA PUBLICAÇÃO

A eficácia deste convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato pelo órgão da imprensa oficial, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de sua assinatura.

### CLÁUSULA SÉTIMA DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Juína para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste convênio.

E por estarem justas e contratadas as partes assinam o presente convênio em duas vias de igual teor e forma, nas presenças das testemunhas que também o assinam.

Juína, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2.015.

MUNICÍPIO DE JUÍNA  
CESSIONÁRIO  
HERMES LOURENÇO BERGAMIM  
Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO - DAES  
CEDENTE  
HERMES LOURENÇO BERGAMIM  
Diretor Geral

TESTEMUNHAS:

CPF/MF N° \_\_\_\_\_

CPF/MF N° \_\_\_\_\_

LEI N.º 1.617/2015.

Dispõe sobre o Regulamento do valor venal dos imóveis do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, para apuração do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para o Exercício 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, Estado de Mato Grosso, HERMES LOURENÇO BERGAMIM, faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1.º** Fica aprovado a presente Regulamentação do valor venal dos imóveis do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, para apuração do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para o Exercício 2016, conforme os Anexos I, II e III, que fazem parte integrante desta Lei.

**Art. 2.º** Para fins da presente Lei, ficam estabelecidas, na forma dos ANEXO I e III desta Lei, respectivamente, as Regiões Fiscais do Município de Juína-MT, com os respectivos valores básicos por m² (metro quadrado) ou hectares e as Regiões Fiscais Municípios de Juína - MT, com os respectivos valores básicos por hectares.

**Art. 3.º** O valor venal dos imóveis urbanos localizados no Município de Juína, Estado de Mato Grosso, será apurado em função:

I - da área;

II - do preço do m² (metro quadrado) ou hectare;

III - dos fatores de correção, registrados nos Boletins de Cadastro Imobiliário.

**Parágrafo Único.** Na apuração do valor Venal dos Terrenos será aplicada a fórmula constante da TABELA A, do ANEXO II, da presente Lei, passando deste a ser parte integrante.

**Art. 4.º** Valor Venal das Edificações localizadas no Município de Juína, Estado de Mato Grosso, será apurado em função:

I - da área construída, registrada no BCI (Boletim de Cadastro Imobiliário), sob os Códigos A-43, B-62, C-81, D-100 e E-119;

II - do valor do m² (metro quadrado) de sua reprodução;

III - do fator de correção quanto ao seu estado de conservação, registrado no BCI (Boletim de Cadastro Imobiliário), sob os Códigos A-42, B-61, C-80, D-99 e E-118.

**Parágrafo Único.** Na apuração do valor Venal das Edificações será aplicada a fórmula constante da TABELA B, do ANEXO II, da presente Lei, que passa deste a ser parte integrante.

**Art. 5.º** A Avaliação dos Imóveis foi efetuada com base nos Decretos Municipais de nº. 058/2013, 325/2014 e 498/2015.

**Parágrafo Único.** Ficam excluídos da presente Lei os reajustes a título de correção do Índice IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), a serem apurados nas suas respectivas datas, mediante Decreto Municipal.

**Art. 6.º** A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, aos 04 de dezembro de 2015.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM  
Prefeito Municipal

### ANEXO I

Lei n.º 1.617/2015.

### ANEXO I

#### DAS REGIÕES FISCAIS E RESPECTIVOS VALORES BÁSICOS

REGIÃO FISCAL	LOCALIZAÇÃO	RS/M²
01	Da Quadra 01 e 02, do Módulo 01 e Quadra 20 e 21, do Módulo 02, lindeiros a Av. Nove de Maio e os imóveis lindeiros a Av. Mato Grosso, com exceção das Quadras descritas na Região Fiscal 02.	382,61
02	Av. Mato Grosso, mais precisamente as Quadras 01 e 06, do Eixo Comercial e Reserva Técnica 03, do Módulo 01.	329,05
03	Abrange os imóveis lindeiros a Av. dos Jambos, constantes da Quadra 01, do Eixo Comercial.	171,65
04	Quadras 03, 04 e 05 do Eixo Comercial e Quadras 14 e 15, do Módulo 03, lindeiros a Av. dos Jambos	262,20
05	Abrange os imóveis constantes das Quadras 02 e 06, lindeiros a Av. dos Jambos.	262,20
06	Quadras 01 e 02, da Complementação Comercial do Módulo 01, lindeiros a Rua Hitler Sansão e os imóveis constantes das Quadras 20 e 21, da Complementação Comercial do Módulo 02, lindeiros a Rua Antônio Martins.	236,01
07	Imóveis pertencentes aos Módulos 01 e 02, com exceção dos imóveis constantes das Regiões Fiscais 06, 08, 09 e 10.	87,40
08	Abrange os imóveis lindeiros a Rua Edson Carlos Martins, em toda a sua extensão.	89,76
09	Av. Hilda Lourdes Persici Pedrotti, nos trechos entre a Av. Mato Grosso e Av. Gabriel Muller.	191,12
10	Abrange a Av. Gabriel Muller, dos lotes 49 ao 81, da Expansão Comercial AR-1, além das Reservas Técnicas 04 e 05, do Módulo 02 e Reserva Técnica 05 e 06, do Módulo 01	209,79
11	Av. Gabriel Muller, mais precisamente os lotes 45 a 48 e 82 a 90, Áreas Verdes 03 e 04, todos imóveis do projeto de Expansão comercial AR-01 (Área Telemat), Reserva Técnica 04, no módulo 01, e Reserva Técnica 06, no Módulo 02.	128,75
12	Abrange o Módulo 03, inclusive as Áreas Verdes 17 e 22, exceto os imóveis lindeiros a Av. dos Jambos, que constam nas Regiões Fiscais 04 e 13.	87,04
13	Quadras 05 e 06, e Lotes de 01 a 14 das Quadras 07 e 08, além das Áreas Verdes 18 e 20, do Módulo 03.	49,73
14	Abrange o Módulo 04, exceto os imóveis lindeiros a Av.	62,19